

# O PREÇO DO ENSINO

(Especial para o "Correio do Povo")

Gustavo Corção

Os estabelecimentos de ensino de iniciativa privada foram advertidos severamente pela COFAP que não podem aumentar suas taxas. Fica assim patenteado que os diretores desses institutos conspiravam contra a economia popular e que o Governo, por meio do órgão fiscalizador e tabelador de preços, chegou a tempo de evitar mais esse assalto à dita economia. Ora, essas duas coisas são falsas. Do ensino pode-se dizer que é ruim, que é absurdo, que é inútil, mas não se pode dizer que é caro. Dou um exemplo: em um dos colégios mais reputados da capital, eu pago dois mil cruzeiros por mês para que minha filha, em regime semi-internato, tenha almoço, lanche, e cinco ou seis aulas por dia, sem falar no trabalho que ela dá às mestras que devem manter ordem e disciplina durante sete horas. Se em vez de seis aulas, de matemática, português, geografia, história, etc. etc., ela tivesse seis manciúras, eu teria de pagar trezentos cruzeiros por dia, e por conseguinte sete mil e quinhentos por mês, descontados os domingos; por onde se vê que uma aula vale três ou quatro vezes menos do que o tratamento das unhas. Para dar a mesma mensalidade terei de comparar o trabalho dos professores ao dos engraxates. Seis engraxadelas por dia montariam ao total de quarenta e dois cruzeiros, sem incluir gorgeta e alguma eventual mudança de cadarço. Para perfazer o que pago sobram trinta e poucos cruzeiros para o almoço, o lanche, e as instalações da casa em que a menina permanece durante sete horas por dia. Diante dessa eloquente comparação, eu só posso dizer que é caro o ensino se pouco prezo o que ele representa para minha filha. Pelo que tenho observado, a maior parte das pessoas que se queixam do preço do ensino gastam mais em cigarros e cinema do que naquilo que, com tão visível contragosto, dão aos seus filhos.

Não sei que margem de lucro tiram os colégios particulares, mas vejo que, se é ampla, não é de meu bolso que a tiram. Talvez seja do bolso dos professores, que nesses estabelecimentos ganham uma miséria. A educadora que me telefonou, chamando-me a atenção para mais esta usurpação do Estado, declarou-me que seu colégio pagava bem aos professores, ou pelo menos melhor do que a maioria dos colégios: cento e sessenta cruzeiros por aula. Verifiquei depois que efetivamente a média de pagamentos por aula orça por cem cruzeiros e que, em tão relativos termos, aquela educadora tinha razão de se gabar. Ora, cem cruzeiros por hora de aula em nível secundário é qualquer coisa que clama aos céus. Mais do que isto ganha o engraxate. Muito mais ganha o bombeiro hidráulico que vem desentupir um cano. Múltiplo mais ganha um dentista. Infinitamente mais ganha o leiloeiro que nos leilões judiciais ganha cem ou duzentos contos para gritar durante meia hora: "Quem dá mais? Vou vender..." Os professores pagos pelo governo ganham cinco a dez vezes mais do que os professores dos estabelecimentos particulares. Nos lugares onde eu ensino ganho mais de 1.200 cruzeiros por aula, e se tivesse de ganhar cem ou cento e cinquenta já teria mudado de ofício.

Tudo isto prova que o professor, no unânime consenso, é a mais desprezada das classes neste país de analfabetos. Os que hoje militam devem ser santos heróis, mas na continuação certamente substituirão por outra espécie de gente, uma vez que não abundam os ascetas em nossa sociedade. Serão substituídos pelo rebutalho pelo bagaço da sociedade. Quem não tiver habilitação para mais nada, vigor para puxar o lustro dos sapatos ou esmero para dar brilho às unhas, irá para o magistério. Os fracassados, os desajustados, os caiporas, os ressentidos, os frustrados, os incapazes de qualquer outra coisa — essa será a raça futura dos educadores do Brasil se triunfar a severidade da COFAP e se permanecer a mentalidade geral que atribui tão pouco mérito ao ofício de ensinar.

E' falso, pois, o pressuposto de que seja caro o ensino particular. Mas ainda mais falsa é a solicitude governamental. Repugnantemente mentirosa. O que eles querem é evitar a onda de descontentamento e de desprestígio. O que eles querem é matéria para discurso de fim-de-ano, e não ensino, e não cultura, e não educação para o desventurado povo brasileiro. Descarregando na administração particular o onus da insensatez da administração pública, pouco se lhes dá que fechem os colégios ou que ninguém mais se atreva a inaugurar um estabelecimento de ensino. A prova de que é mentirosa a solicitude publicada pela COFAP está na ausência de qualquer medida positiva e eficaz em favor daquilo que a Constituição pomposamente chama de educação nacional. Todos nós, pais de família, sabemos que os colégios particulares estão lotados e que alguns têm as matrículas encerradas até o ano de 1960. Por que não abrem novos e amplos estabelecimentos de ensino médio os operosos e efficientísimos homens de governo? Com um décimo da soma louca que gastam nos palácios de Brasília poderíamos ter uma dúzia de novos colégios em cada capital de Estado e três dúzias na capital da República. Digo, na velha capital, que nela que ainda vivem dois milhões de brasileiros aflitos.

O problema do ensino no Brasil é parecido com o da água no Distrito Federal: não é o preço que se discute, é a existência. O problema é mais metafísico do que e-

conômico. Não existe água e não existe ensino porque nossos governantes não sabem a primeira letra da cartilha de governar: não sabem que há hierarquia de bens, prioridade de serviços. E o que espanta é o cinismo com que os mesmos governantes íeptos, que não resolveram os problemas essenciais, descarregam nas empresas privadas as consequências de sua incuria. Na Capital da República, que arrecada a segunda receita da federação, não há água e não há vagas suficientes para os aspirantes à educação primária. O primeiro serviço é Federal, mas ninguém ignora que o Prefeito do Distrito Federal é pessoa de confiança da Presidência, e por isso a mais indicada para obter do governo central um mínimo de carinho pela velha e decadente cidade maravilhosa. O segundo serviço é municipal, diretamente municipal, e deveria ser considerado, pelo Prefeito, como o serviço número um. Mas o mais alto orçamento da república não cuida do mais alto serviço. Viu-se no mês passado o quadro mais deprimentemente que pode ostentar uma cidade com foros de civilização. Dia e noite, vinte e quatro horas seguidas, em alguns casos quarenta e oito, estiveram pais, mães, e crianças, ao sol, ao relento, em filas intermináveis, como bois, como escravos, à espera de vez para conseguirem matrícula nos colégios, isto é, para conseguirem aquilo que a Constituição nos artigos 166 e seguintes declara solenemente que é direito de todos e dever do Estado. Num mesmo vespertino que anunciava com grande estridência o êxito do foguete produzido pela ETE, e que vinha colocar — dizia o jornal — o Brasil na vanguarda da técnica balística mundial: na mesma folha, na mesma página em que se via a corruscante fotografia do foguete e a impressionante profecia sobre a grandeza do Brasil, embaixo, em cliché do mesmo tamanho, via-se a fila de pais desanimados, via-se a sargeta onde centenas de crianças passaram horas, comendo e dormindo no tempo, à espera daquilo que é direito de todos e dever dos governantes. Dias depois vi passar, no meu bairro, o séquito presidencial. Para ir de casa ao Catete, do lugar onde dorme ao lugar onde despacha, o Presidente ostentava uma dúzia de furiosos e silvantes bateadores, por onde se vê que a morte daquele moço na Avenida Beira Mar não bastou para abrir os olhos do Chefe do Executivo e para proporcionar-lhe um estalo. Atravancando as ruas, insultando os ouvidos, as vistas e os corações, passou o poderoso no seu prestígio faraônico, marcando ostensivamente a diferença infinita que separa do povo o bem aquinhoado presidente. Perguntará o leitor qual é a relação que existe entre os bateadores e a fila de pais e mães nas sargetas imundas da capital? A relação é evidente. Aquele espetáculo carnavalesco atesta a mentalidade do dirigente, e explica a falta de água e de ensino. Além disso, mostra o caminho que seguem os dinheiros públicos, que deviam trazer o bem-estar de um povo e que trazem apenas a pompa exótica, fascista, retrógrada, asiática, do marajá que nos governa.

Agora pergunto ao leitor se a COFAP tem títulos para exigir alguma coisa dos estabelecimentos particulares de ensino. A educadora que me telefonou queixava-se da usurpação estatal em matéria de ensino e dizia que nesse andamento se tornam vãos os "princípios de liberdade" em que se deve inspirar a educação, conforme reza o artigo 166 da Constituição Brasileira. Respondi-lhe, com inevitável descortesia, que tarde des-

cribri o regime quase totalitário em que se encontra a educação entre nós. Há mais de vinte anos, desde a reforma Capanema, vivemos num clima semi-soviético, e todos, diretores de colégios, educadores católicos, líderes democratas, se habituaram a admitir a idéia que atribui ao Estado a competência primária em matéria de diretrizes da chamada educação nacional. Agora, quando lhes doí o bolso, acordam os educadores e descobrem que não existe liberdade de ensino e que o governo, além de não cumprir a sua parte, se arroga o direito de ditar normas, diretrizes e preços, como se a função de educar fosse de competência exclusiva e primordial do aparelho estatal. Mas isto é outra história... e a ela voltaremos, se Deus quiser, num próximo artigo.